



MULHER, TRABALHO E FAMÍLIA: OS IMPACTOS DO TRABALHO NA SUBJETIVIDADE DA MULHER E EM SUAS RELAÇÕES FAMILIARES

Fabiana Alves da Costa¹

RESUMO: O presente trabalho trata-se de uma revisão de bibliografia que propõe-se a compreender quais são os possíveis impactos da inserção da mulher no mercado de trabalho em suas relações familiares e interpessoais. Os resultados encontrados apontam que há aspectos positivos e negativos da inserção da mulher no mercado de trabalho se consideradas suas responsabilidades com o lar e o cuidado dos filhos. O trabalho é reconhecido como fonte de prazer, equilibrante e elemento fundante do sujeito, contribuindo para a formação de sua identidade e gerador de sentido para os trabalhadores, bem como é possível alcançar através do trabalho a realização pessoal. Mas, a relação da mulher com o trabalho fora do lar, somada às inúmeras ocupações das quais as mulheres se apropriam, pode ser geradora de estresse emocional, sobrecarga física e psíquica, além de contemplar muitas desigualdades de gênero que dificultam a conciliação das tarefas, imputando a elas o ônus da dupla/tripla jornada de trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher; Trabalho; Família; Tripla jornada.

INTRODUÇÃO

Neste estudo procura-se compreender quais são os possíveis impactos da inserção da mulher no mercado de trabalho em suas relações familiares e interpessoais. O objetivo é apresentar a história da inserção da mulher no mercado de trabalho, definir o que é trabalho e sua relação com a construção da identidade, e identificar quais são os possíveis impactos causados pelo trabalho nas relações sociais e familiares da mulher na sociedade contemporânea.

O interesse no tema surgiu após a realização de um estágio com uma trabalhadora e mãe de família, no qual foi possível identificar que o trabalho vem influenciando as formas de relacionamento e integração das áreas afetivas da mulher, pois essa engaja-se muitas vezes em uma dupla e até tripla jornada de trabalho, ou seja, há a necessidade de se conciliar o trabalho, o lar (família) e, por vezes, os estudos.

Outro motivo importante para a realização desta pesquisa é que as mulheres representam metade da população brasileira e, segundo guia de Economia e Emprego do Portal Brasil, as mulheres aumentaram sua presença, formalização e rendimento no mercado de trabalho em 4,5% entre 2000 e 2010².

¹ Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. fabixavier_18@hotmail.com

²Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 31/08/2016

Os dados revelam ainda uma continuidade no processo de elevação da participação das mulheres no mercado de trabalho formal, que passou de 42,47% em 2012 para 42,79% em 2013³.

Considerando que as mudanças no perfil da mulher brasileira ainda são recentes em detrimento da história da civilização, infere-se a importância de levantar estudos na área da psicologia a respeito dos impactos causados pelo trabalho na subjetividade feminina e em suas relações interpessoais.

História do trabalho da mulher

O trabalho da mulher esteve presente em todas as épocas e lugares, na verdade elas sempre trabalharam, embora elas nem sempre exercessem “profissões” (PERROT, 2005). A visão de mulher da classe média vigente no século XIX em nosso país era a de “Senhora do lar”, aquela cuja função e dever era cuidar do marido, dos filhos, parentes, e manter a casa em plena ordenança.

Desde o início da história da civilização, a dominação masculina era predominante, tanto dentro quanto fora do lar, relegando-se à mulher o lugar de submissa e dominada. A principal característica desse regime patriarcal é que ao homem cabia o domínio público, as relações sociais diversas, a política e os negócios; à mulher, por sua vez, era reservado o domínio privado, ou seja, a casa e o círculo familiar (RAGO, 1985).

No período colonial, a “casa” não era apenas um lugar físico para se alimentar, se abrigar e dormir, ela representava uma honra a ser protegida; as expressões utilizadas ainda hoje explicitam a visão que se tinha do caráter e índole das mulheres: “lugar de mulher decente é dentro de casa”, ou, “mulher da rua não presta”. A casa era considerada um lugar “privilegiado”, onde se formava o caráter das crianças, por isso a grande responsabilidade moral atribuída à mulher (RAGO, 1985).

A reclusão doméstica ou nos conventos era para defesa da honra e virgindade, pois as mulheres eram consideradas um ninho de pecados, e deveriam permanecer longe de tentações (DEL PRIORE, 2004). Tais concepções geravam impactos também na educação das meninas, pois, considerando que o papel de mãe era natural, a educação tinha o objetivo de aprimorar as duas funções primordiais da mulher: guardiã da economia doméstica e mentora dos filhos.

³ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/presenca-feminina-aumenta-no-mercado-formal-de-trabalho>>. Acesso em: 31/08/2016.

A criança nem sempre ocupou esse papel angelical e infantil como vemos hoje, elas eram vistas como adultos em miniatura (COUTINHO 2008), mas, com o intuito de manter as mulheres atarefadas, a Igreja e o Estado defenderam o amor espontâneo das mães pelos bebês, e na Revolução Sentimental do século XVIII a criança se torna o laço que une a família em um amor romântico, sendo inaugurada a infância (ROCHA-COUTINHO, 1994). A nova realidade familiar baseada na afeição, na intimidade entre pais e filhos, faz com que a família se volte em torno da mulher-mãe, eleita a principal responsável pela boa criação e educação dos filhos. Del Priore (2004) relata que a construção de uma identidade “materna” na época da colonização no Brasil se deu através do interesse da Igreja e do Estado em instituir um modelo de “mãe ideal”, no intuito de normatizar as mulheres e disciplinar seus corpos.

Emerge desse novo regime a consolidação do discurso de “natureza feminina”, mulher frágil, emotiva, dependente, instintivamente maternal e sexualmente passiva (ROCHA-COUTINHO, 1994), cujo lugar era de esposa e mãe no domínio privado do lar. O discurso médico corrobora para esta nova imagem; Coutinho (2008) aponta que no fim do século XVIII surgem inúmeras publicações incentivando às mães a cuidarem e amamentarem seus filhos, daí emerge a imposição da maternidade em primeiro lugar, ou seja, o mito cultuado até os dias de hoje, de que o amor da mãe pelo filho é espontâneo.

Tanto as mulheres quanto as crianças eram considerados indivíduos frágeis, delicados, assexuados, e que necessitavam da proteção e amparo masculino, o que significa dizer, portanto, que deveriam permanecer longe dos ambientes de trabalho fabris e mercantis. Assim, para as mulheres e crianças foram designadas tarefas especiais, o serviço doméstico e os deveres escolares, respectivamente, pois eles eram considerados mentalmente deficientes, incapazes de entender certos assuntos, ou tomar decisões mais sérias.

O trabalho doméstico como única atividade à qual a mulher deveria dedicar-se faz com que todo seu amor e cuidado sejam direcionados ao marido e aos filhos; elas passam a viver para os outros e não para si mesmas, o que as obriga a serem para os outros e através dos outros, sendo-lhes negada a possibilidade de serem elas mesmas (ROCHA-COUTINHO, 1994).

O cuidado da casa, da família e o advento da maternidade reforçam o enclausuramento da mulher no mundo doméstico, amenizado pelo poder concedido a ela sobre esse mundo. Tal fato se deve, principalmente, à condição econômica da mulher, pois esta dependia jurídica, moral, econômica e religiosamente do marido (ROCHA-COUTINHO, 1994).

A situação de reclusão da mulher em casa nos mostra que havia um trabalho sendo executado; na medida em que cabia à senhora do lar a administração da casa, a mulher se en-

carregava dos doentes, da educação das crianças e da fiscalização dos escravos dentre outros. Portanto, nem todas as mulheres do período colonial passavam o dia inteiro sem alguma ocupação.

Contudo, a exploração da mulher pelo homem não permitia que esse trabalho fosse sequer chamado de trabalho, pois, trabalhar era função considerada masculina, de modo que era papel do marido garantir o sustento, ser o provedor, sendo o sexo forte e nobre na relação.

Engels (1984, p.80) afirma que: “Na família, o homem é o burguês e a mulher representa o proletariado”; nesta frase podemos ver a essência da família patriarcal, em que há o domínio do homem sobre a mulher, sendo a família o âmbito primário de reprodução social; é também a reprodutora da desigualdade, uma vez que reproduz em seu cerne a hierarquização de papéis. Caracterizada como mão-de-obra gratuita, a mulher propiciou, e ainda permite, a auto-suficiência das residências, provendo a infra-estrutura para o funcionamento do sistema econômico mais amplo, exterior às famílias.

Como o acesso à educação era a única opção de ter algo diferente na vida social, as moças começaram a se interessar pela escola e até mesmo pelo convento, onde eram ensinadas música e latim. As primeiras escolas normais surgem no fim do século XIX no Brasil, com o intuito de preparar moças para o magistério, considerando que as únicas profissões autorizadas para as mulheres eram as de professora e enfermeira para aquelas que tinham acesso à instrução, e domésticas, operárias, costureiras e telefonistas, nas camadas mais baixas (RAGO, 1985). Mediante lutas para conquistar espaço, os terrenos mais acessíveis eram saúde e educação, e os mais difíceis de conquistar, filosofia e matemática.

No entanto, pesquisadores apontam que mudanças significativas para a conquista pela mulher de um espaço no mercado de trabalho começaram de fato com as Guerras Mundiais (1914– 1918 e 1939– 1945) (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Nesses contextos os homens é que iam para as frentes de batalha e as mulheres eram chamadas ao trabalho externo, executando tarefas consideradas masculinas, invadindo espaços que antes não ocupavam; mas quando a guerra findava, elas tinham de voltar para casa, o lugar dito ideal e que requisitava a mulher como dever urgente.

Com a necessidade de mão-de-obra devido à industrialização no fim do século XIX, com o desenvolvimento tecnológico e o intenso crescimento da maquinaria, boa parte da mão-de-obra feminina foi transferida para as fábricas (PROBST; RAMOS, 2003).

O modelo familiar embasado no pai provedor e chefe de família, e na mulher dona de casa e rainha do lar, começa a ruir (SIMÕES; HASHIMOTO, 2012). Para que a mulher de classe média pudesse sair de casa, era necessário que outra pessoa exercesse seu papel no lar;

daí a entrada da empregada doméstica para cuidar dos filhos, da casa e da família, uma vez que, nessa época, a casa era um lugar sagrado, e os filhos altamente protegidos.

Apesar de tantas mudanças impulsionando as mulheres ao mercado, a sociedade continuava reforçando nas décadas de 50 e 60 a ideia do casamento cedo e a vinda dos filhos. Postulava-se que, para a família permanecer unida e para que a mulher se sentisse completamente realizada, esta deveria ter filhos. Essa ideia foi bastante enfatizada pelas mídias internacionais, que propagaram diversos estudos relatando as consequências da falta do cuidado materno, problematizando a ida das mulheres para o mercado, colocando-as como vilãs que abandonavam seus filhos para seu próprio prazer (ROCHA-COUTINHO, 1994).

Em suma, a transformação de valores tradicionais, como o de que o casamento representava o modelo de vida mais adequado à mulher, em consonância com a complexa vida contemporânea instaurada pelo advento do capitalismo, contribuíram em grande escala para que, na década de 1980, houvesse uma significativa ampliação da participação do contingente feminino no mercado de trabalho.

Contudo, as mulheres buscavam trabalhos considerados “femininos”, não apenas por serem considerados mais “adequados”, mas, de acordo com Blay (1975), as mulheres são conduzidas a terem aspirações profissionais de acordo com a demanda do mercado – cuja dominação é masculina – o que as leva a não investir na carreira por acreditarem que seu trabalho extradomiciliar é uma atividade passageira, na qual não devem se implicar.

Ao descrever a evolução da mulher na sociedade em sua relação com o trabalho, observa-se que um longo caminho já foi trilhado, contudo, como citado anteriormente, ainda restam incontáveis obstáculos a serem vencidos e espaços a serem conquistados. Já se pode notar que através do trabalho muitas mudanças ocorreram, para compreendermos melhor como as transformações acarretadas pelo trabalho impulsionaram as mudanças na sociedade, na próxima seção será tratado da importância do trabalho na vida do ser humano.

O TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA SUBJETIVIDADE HUMANA

O conceito de trabalho é bem antigo. De acordo com Albornoz (1994), o termo trabalho originou-se do latim *tripalium*, que era um instrumento utilizado pelos agricultores para bater o trigo, as espigas de milho, o linho, para rasgá-los e esfiapá-los. Entretanto, a maioria dos dicionários registra *tripalium* como instrumento de tortura. Desta forma, percebe-se que o trabalho, muitas vezes, pode estar associado à dor, ao sofrimento e ao castigo.

De forma diferente, French (1992) ressalta que o trabalho pode representar ao mesmo tempo, uma atividade penosa, um fardo, uma doença ou sofrimento. Por outro lado, o trabalho pode ter uma conotação prazerosa, que atribui sentido à vida, contribui para construção da identidade pessoal, denotando crescimento e desenvolvimento. Assim, o trabalho, pode estar relacionado com o sofrimento, mas também com atividades que proporcionam prazer e realização ao ser humano. Sendo assim, o significado do trabalho varia de acordo com o contexto social e com o momento histórico vivido pelos sujeitos.

Marx e Engels (1845/1846) retratam que a essência do ser humano está no trabalho, o que os homens produzem define o que eles são. O homem é aquilo que ele faz e como faz. Codo (1994) corrobora a ideia de que o homem produz sua própria existência; dessa forma, produz a si mesmo em uma relação dialética com o outro; sendo o homem um ser social, sua constituição subjetiva se dá através de suas relações, sendo essas permeadas pelo lugar que ele ocupa na produção.

Com o intuito de entender qualquer ato humano, deve-se considerar que esse ato é necessariamente permeado pelas relações de produção estabelecidas pelo indivíduo: “o gesto do homem é um gesto no mundo, inserido necessariamente, quer os psicólogos queiram ou não, quer percebam ou não, imediatamente nessas relações de produção desenvolvidas pelo ser humano” (CODO, 1986, p. 141).

O lugar que o sujeito ocupa na produção influencia diretamente em sua percepção sobre si mesmo e na maneira como se posiciona no mundo; ou seja, “as relações de trabalho determinam o seu comportamento, suas expectativas, seus projetos para o futuro, sua linguagem, seu afeto” (CODO, 1994, p. 139).

O trabalho tem uma função estruturante nos processos de subjetivação do indivíduo, tendo também significados psicológicos que formam e transformam a identidade. Esta constituição subjetiva se dá no intercâmbio relacional que os homens estabelecem entre si, gerando também uma divisão social do trabalho decorrente do aumento da população e conseqüentemente da produção. A maneira como a sociedade se organiza para o trabalho é que irá determinar a atividade de cada indivíduo; e os modos de produção contemporâneos trará impactos diretos na relação homem-trabalho, bem como nos processos de subjetivação do trabalhador.

De acordo com Oliveira (1991), o trabalho é mercadoria que produz valor, a premissa básica para que esta condição seja possível é que o trabalhador seja livre para vender a sua força de trabalho a quem quiser – “livre aqui significa destituído de todo meio de produção, condição indispensável para que o trabalhador, a fim de sobreviver, venda sua força de trabalho ao capitalista, que possui esses meios” (OLIVEIRA, 1991, p. 81).

O capitalismo trouxe uma liberdade ao trabalhador dos processos de produção compulsórios de artesanato, escravo ou servo da gleba, e, devido à expansão da grande indústria urbana, o trabalhador industrial passa a integrar a classe proletária, constituída por aqueles que não possuem nenhum meio de subsistência, exceto a venda de sua força de trabalho.

Codo (1994) corrobora que a alienação do trabalho humano começa no momento em que o homem é obrigado a vender sua força de trabalho como único meio de sobrevivência, por não ser detentor dos meios de produção. Tal alienação é maximizada através da produção industrial mecanizada e em série, que não possibilita o projeto e a visão antecipada do produto, tornando o trabalho do homem menos humano.

A diversidade do trabalho humano e seu potencial de criação, bem como o tipo e modo do trabalho são tão extensos que podem ser considerados infinitos, muito além da criação de novos modos para explorá-lo (CODO, 1994). O que gera lucro para o capitalista é a capacidade humana de produzir além do que consome, a chamada *mais-valia*, por ser o único meio pelo qual se amplia o capital; todos os meios possíveis são aplicados ao trabalho humano com o intuito de aumentar a produção da força de trabalho comprada quando esta está em ação.

Na sociedade capitalista, bem como o era na sociedade patriarcal, o homem tem como vocação garantir o sustento fora do lar, enquanto a mulher cuida da administração da casa, estando ela ativa no processo produtivo ou não. Na década de 70, há uma acentuação na luta das mulheres pelos seus direitos, luta pelo trabalho, por salários iguais, e uma reivindicação da divisão igualitária do trabalho doméstico. Desde então, as mulheres vêm traçando uma história de lutas e conquistas.

As lutas pela igualdade tiveram início principalmente nas décadas de 70 e 80, mas ainda hoje persistem algumas desigualdades na relação social entre os sexos. Galeazzi (2001) retrata o quadro das desigualdades antes e depois que a mulher está empregada: as mulheres se inserem na atividade econômica em clara desvantagem, pois estão mais expostas ao risco do desemprego, e permanecem por mais tempo na procura por trabalho. Além disso, quando conseguem uma vaga, a desigualdade permanece na segregação ocupacional e principalmente pela remuneração inferior em comparação aos homens.

Tais desigualdades se expressam através das posições destinadas às mulheres na divisão sexual do trabalho, pois, “às mulheres cabem ocupações de mais baixo status, com menores oportunidades de desenvolvimento e ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são, significativamente, mais baixos do que os auferidos pelos homens” (GALEAZZI, 2001, p. 2).

Nogueira (2010) relata que nos anos 90, quando se deu a mundialização do capital, modificações significativas ocorreram, tanto no emprego masculino quanto no feminino; houve uma estagnação e/ou redução no emprego masculino. Já o emprego e o trabalho feminino cresceram, o que não modificou suas responsabilidades integrais com o lar.

Indo nessa direção, para Galeazzi (2001), o ingresso das mulheres no mercado de trabalho como processo definitivo foi conduzido por mudanças no padrão cultural, bem como pela necessidade de obtenção de renda. Este significativo progresso foi acompanhado pelo movimento de busca de equidade entre homens e mulheres, que questionavam os estereótipos e conceitos sociais, além de reivindicarem novos espaços e direitos.

De acordo com Fraser (2009), a cultura política do capitalismo tinha como cidadão ideal o trabalhador masculino – chefe e homem de família, o qual deveria ter papel financeiro principal no sistema econômico do lar, se não exclusivo, “enquanto quaisquer salários ganhos pela sua esposa deveriam ser meramente suplementares” (FRASER, 2009, p. 38). Soma-se a isso o conceito amplamente difundido de que à mulher cabiam as responsabilidades dos cuidados não remunerados, e a subordinação no matrimônio e na vida pessoal.

Dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT (2011) apresentados por Neves em 2013, corroboram que, apesar do incontestável avanço das mulheres no mercado de trabalho, principalmente devido à maior escolarização delas, a permanência das desigualdades é visível “na medida em que ainda existe um forte contingente feminino concentrado no trabalho doméstico, caracterizado por situações de precariedade, baixa proteção social, condições inadequadas de trabalho, baixos salários e informalidade” (NEVES, 2013, p. 409).

Tais aspectos surgem devido a divisão desigual do trabalho, que se dá no momento em que, mesmo a mulher tendo ampliado sua participação no mundo produtivo, as tarefas domésticas continuavam reservadas exclusivamente a elas, bem como, estando elas inseridas no mercado, ocupando as mesmas funções, serem remuneradas de maneira inferior. Isso significa que a família patriarcal se reproduz no sistema produtivo e reprodutivo da sociedade, pois, o marido se mantém provedor e a esposa, a provedora complementar e dona de casa, como nos esclarece Nogueira (2010).

A hierarquia de gênero expressa por essa divisão sócio-sexual do trabalho influencia na desqualificação do trabalho feminino assalariado, “no sentido da desvalorização da força de trabalho e conseqüentemente desencadeando uma acentuada precarização feminina no mundo produtivo” (NOGUEIRA, 2010, p. 1).

Como podemos observar na citação abaixo, o trabalho da mulher é concebido como inferior devido à construção social baseada no modelo de família patriarcal:

Essa forma particular da divisão social do trabalho tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher). Esses princípios são válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço. Podem ser aplicados mediante um processo específico de legitimação, a ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 600).

Essa divisão é histórica e baseia-se nas diferenças biológicas entre homens e mulheres; dessa forma, ao se colocar a mulher no papel relacionado ao processo reprodutivo, permite-se que se vejam todos os papéis femininos atrelados às suas funções biológicas.

A mulher está “posicionada” de maneira estratégica na sociedade capitalista, exercendo funções de mantenedoras do processo produtivo, sem que seja reconhecida social e economicamente por isso. Pode-se inferir, portanto, que o capital se opõe ao processo de emancipação da mulher, uma vez que, para que seu sistema de dominação se mantenha, “ele necessita do trabalho feminino, tanto no espaço produtivo, quanto no reprodutivo, preservando em ambos os casos, os mecanismos estruturais que geram a subordinação da mulher” (NOGUEIRA, 2010, p. 61).

Essa atribuição ao papel da mulher serviu bem às intenções capitalistas, pois, como afirma Nogueira (2010), elas realizam atividades em casa – que não são consideradas integrantes do processo produtivo – que contribuem para a subsistência da sociedade produtiva como um todo, reduzindo os custos do sistema com os próprios trabalhadores, realizando a limpeza da casa e da roupa, o preparo dos alimentos.

Logo, a realização das tarefas domésticas torna-se uma responsabilidade atribuída quase que exclusivamente às mulheres, que, somadas ao trabalho assalariado e muitas vezes aos estudos, caracterizam a dupla/tripla jornada de trabalho.

Impactos do Trabalho na Subjetividade Feminina

O acesso das mulheres ao campo educacional vem se fortalecendo, e as mesmas possuem maior índice de inserção, permanência e conclusão dos anos de estudo do que os homens.

Bruschini e Lombardi (2001) relatam que no fim dos anos 90, por exemplo, as mulheres possuíam nível de instrução mais elevado do que os homens, na população em geral. Até a conclusão do ensino fundamental (8 anos de estudo), a igualdade de gênero pode ser observa-

da, mas a partir do ensino médio (9 a 11 anos de estudo), o predomínio das mulheres sobre os homens, em termos de escolaridade, passa a se impor.

Tais constatações demográficas podem ser confirmadas segundo dados apresentados pelo Portal Brasil⁴, em que, no último ano do decênio, do total aproximado de 6 milhões de matrículas em cursos superiores, 3,4 milhões foram mulheres, contra 2,7 milhões do sexo oposto. Na conclusão dos estudos, 491 mil alunas formaram-se, enquanto 338 mil homens terminaram seus cursos em 2013.

Com uma maior escolaridade e expansão dos mercados produtivos requisitando a mão-de-obra assalariada, tanto de homens quanto de mulheres, a mulher vem alcançando cada vez mais a independência financeira e mais espaços de atuação nos âmbitos público e privado.

A possibilidade do trabalho formal assalariado pode não ser a solução para todos os problemas enfrentados pelas mulheres contemporâneas, mas pode representar o primeiro passo para sua libertação, bem como o reconhecimento da importância de sua contribuição financeira para o bem-estar social, e para sua própria realização pessoal (MURARO, 1966).

Hoje as mulheres lidam com o que se achava impossível antigamente: multitarefas, sendo mães, esposas, viúvas que conciliam casa e trabalho, mesmo quando os filhos são pequenos, e tecem assim a complexa rede de responsabilidade doméstica, familiar e profissional.

Dessa forma, o trabalho tornou-se uma categoria central na vida da mulher. Considerando que o trabalho possui significados diferentes de acordo com o contexto vivido, e apesar das disparidades entre os afazeres femininos e masculinos, verifica-se que o trabalho é a maior conquista feminina dos últimos tempos; ou seja, “o entendimento do trabalho enquanto atividade emancipadora é um grande ganho para as mulheres” (COELHO *apud* FRANÇA; SCHIMANSKI, 2009, p. 77). O trabalho formal e assalariado representa para muitas mulheres uma realização pessoal, pois configura-se em um espaço construído individualmente, no qual sentem-se valorizadas como pessoas.

De acordo com Santos (2012), o feminismo defendeu a carreira e postulou que fora do trabalho não há possibilidade de realização pessoal. Andrade (2012) ressalta que houve no Brasil uma mudança de comportamento da mulher brasileira, e tal mudança inclui a alteração de perspectiva entre os conceitos de sucesso e realização. Andrade ainda afirma que a mulher buscava o sucesso a partir da sua contribuição para a vida de outros, no caso marido e filhos, e

⁴ PORTAL BRASIL. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2015/03/mulheres-sao-maioria-no-ingresso-e-na-conclusao-de-cursos-superiores>>. Acesso em 14 de Abril, 2017.

não por realização própria. A mudança de comportamento se dá quando a busca pela realização pessoal da mulher se associa à profissão e ao trabalho.

Lamarca e Vettore (2012) apontam que as redes sociais construídas no ambiente do trabalho trazem benefícios materiais, físicos e emocionais para as mulheres se comparadas as mulheres domésticas sem remuneração, pois as redes sociais formadas nos âmbitos externos contribuem para a percepção de saúde e bem-estar, além de contribuir para a qualidade de vida em termos de alimentação, moradia e cuidados com a saúde.

Rocha-Coutinho (2004) elucida que muitas mulheres concedem importância e valorização ao campo profissional, em detrimento do trabalho doméstico. Em entrevista realizada com 25 estudantes universitárias, trabalhadoras e com família (marido e filhos), a autora constatou que a grande maioria delas vê a dedicação exclusiva ao trabalho doméstico como desvalorizado e limitador dos horizontes femininos. Em seu estudo, a autora relata ainda que elementos, como “realização, felicidade, crescimento pessoal e satisfação são vistos em estreita correlação com o trabalho fora de casa, e comparados com a pequenez e a limitação da “vidinha” de dona de casa” (ROCHA-COUTINHO, 2004, p. 10).

Para Coelho (2002), o trabalho está centralizado na vida contemporânea, ou seja, basicamente tudo o que se faz durante o dia gira em torno do trabalho: o que se compra tem a ver com o salário, os relacionamentos e grupos de convivência também têm muito a ver com o trabalho, a maneira como as pessoas se vestem, conversam e principalmente a rotina diária que possuem, dependem e são ditados muitas vezes pela rotina de trabalho que se tem.

Em decorrência disso, verifica-se um alto investimento no trabalho e na carreira feminina, o que é “justificado pela necessidade das mulheres em ampliar possibilidades profissionais, exigindo uma reciclagem constante, sob pena de perda de espaço no mercado de trabalho” (COELHO, 2002).

Coelho, ao avaliar as conquistas alcançadas pelas mulheres nas últimas décadas, destaca que tais conquistas resultaram em maior autonomia e ingresso na força de trabalho; contudo, é possível dizer que, se estas representam avanços significativos, “também contribuem para o estresse e as tensões que afetam de forma impactante os comportamentos e modos de vida femininos” (COELHO, 2002, p.13).

A família ocupa grande parte das preocupações do universo das mulheres, em especial, no que se refere à qualidade de vida que elas esperam proporcionar aos filhos. No intuito de satisfazer tais aspirações e alcançar esses objetivos, as mulheres são levadas a adotarem ritmo demasiado estressante em suas vidas, o que interfere profundamente em sua qualidade de vida (COELHO, 2002).

Para que as mulheres vivenciem esta realidade de multitarefas, a rotina diária é um corre-corre frenético para tentar dar conta de todos os segmentos de trabalho. De acordo com Àvila e Portes (2012), para grande parte delas, a habilidade de separar e definir limites para os diferentes tempos/espacos é um grande desafio. “Conciliar os três segmentos de trabalho é uma fonte de estresse, ansiedade e pressão constantes” (ÁVILA; PORTES, 2012, p. 815).

Coelho (2002) retrata que esta intensa e complexa rede de tarefas muitas vezes exime as mulheres dos momentos de prazer e relaxamento e do tempo dedicado ao lazer, além de estar cada vez mais reduzido na vida contemporânea, “para as mulheres que trabalham e necessitam dar conta do espaço doméstico, é utilizado, via de regra, na companhia dos filhos, como forma de compensação pelos longos períodos passados longe da família” (COELHO, 2002, p. 2), havendo pouca ou nenhuma dedicação a si mesma e aos prazeres individuais da própria mulher.

Àvila e Portes (2012) corroboram que o tempo “livre” também é destinado ao cumprimento de uma série de ocupações dedicadas ao trabalho doméstico ou escolar. Estes autores afirmam que o planejamento e o uso racional do tempo é uma das mais importantes estratégias de conciliação entre as diferentes jornadas de trabalhos levadas pelas mulheres.

Madalozzo, Martins e Shiratori (2010) demonstram que as mulheres executam mais horas de trabalho doméstico, enquanto os homens trabalham mais horas no mercado; os homens trabalham, em média, 10 horas por semana em tarefas domésticas; as mulheres, o dobro: 20 horas semanais.

Tal cenário tem como um de seus principais determinantes a cultura machista que impera sob o enquadramento da sociedade patriarcal. Contudo, Rocha-Coutinho (2004) aponta outro possível mantenedor desse quadro de desigualdade na divisão das tarefas em casa principalmente; ela postula que é bem possível que as mulheres atuais, assim como suas mães e avós, ainda relutem em abandonar o controle e poder que sempre tiveram sobre o lar e a criação dos filhos.

Rocha-Coutinho (2004) constata em sua pesquisa que muitas mulheres assumem toda a responsabilidade do lar, e que esperam encontrar um homem “especial”, que seja compreensivo, sensível e que colabore com as tarefas por vontade própria. Àvila e Portes (2012) ressaltam que muitas vêm a participação dos homens nas tarefas domésticas como ajuda, além de algumas afirmarem que os homens não realizam tais tarefas da maneira correta, o que as leva a fazer todo trabalho sozinhas.

Devido à dupla jornada de trabalho, as mulheres sentem-se muito culpadas e cansadas, uma vez que, por buscarem um espaço fora do lar e não terem com quem dividir as tarefas

domésticas e o cuidado dos filhos, a sobrecarga e acúmulo das funções é evidente (SANTOS, 2012).

A sobrecarga pode aumentar quando as mulheres seguem a vida acadêmica, o que configura a tripla jornada, e acoplam à rotina mais uma difícil tarefa, que exige dedicação, concentração e uma grande habilidade em conciliar esses três segmentos.

Segundo os autores Ávila e Portes (2012) desempenhar diariamente uma jornada tripla de trabalho não é tarefa simples; a combinação de sentimentos que as mulheres têm em relação às diferentes cobranças impostas pela família é motivo de sofrimento e estresse emocional. Pois, na medida em que o tempo é praticamente cronometrado para cada tarefa, os familiares muitas vezes exercem cobranças de atenção e carinho, gerando sentimentos de culpa e incapacidade nas mulheres, que, apesar de saberem que não podem exercer todas as funções com excelência, buscam realizá-las da melhor maneira que podem, mas, quando se deparam com tais exigências, a frustração é iminente

Segundo Azambuja e outros (2007), diante das exigências internas e externas ao trabalho, principalmente por parte dos familiares, as trabalhadoras se veem sem condições de abarcar a imensa cota de responsabilidades que lhe são imputadas. Isso produz sensações de incompetência, de cansaço, de sofrimento, de desgaste, as quais interferem sobremaneira no processo de viver humano. As mulheres são as mais penalizadas neste processo de conciliação de tarefas, pois enfrentam dupla ou tripla jornada de trabalho, estando a tripla jornada ligada aos processos de capacitação profissional.

Essa conciliação entre vida profissional e familiar provoca nas mulheres sentimentos por vezes contraditórios, pois a falta de tempo para a família e a dificuldade em acompanhar o crescimento dos filhos são vistas pela mulher como perda, consequência da herança da “natureza feminina”. Em contrapartida, não querem retroceder à esfera privada do lar, não querem abandonar o trabalho e a escola, querem, a todo custo, dar conta de tudo.

Apesar de toda a sobrecarga com o trabalho doméstico, o cuidado e o bem estar dos filhos pequenos são a responsabilidade doméstica que mais preocupa as mulheres, ocasionando um estresse emocional, além do cansaço físico.

Nesse caso o estresse emocional supera o esgotamento físico, pois provoca um sentimento de culpa duradouro. Esse sentimento de culpa nas mulheres se dá principalmente pelo fato de que os modelos de família ainda seguem a estrutura patriarcal, em que as mulheres devem desempenhar os vários papéis sociais sem se abster de nenhum deles, com o risco de comprometerem a saúde tanto física quanto emocional pelo estresse gerado nessa dinâmica.

Como descrito por Ávila e Portes (2012), as mulheres estão conscientes das limitações impostas pela tríplice jornada de trabalho que as impede de penetrar com profundidade em todas as esferas da vida; elas constataam, desta forma, que não darão conta de tudo, e que, apesar de fazerem o máximo que podem, um dos segmentos ficará comprometido.

O Trabalho Como Vislumbre De Liberdade

As considerações feitas anteriormente possibilitam enfatizar que a disponibilidade das mulheres para o trabalho está sujeita a uma complexa combinação de características pessoais e familiares, devido ao fato de que o trabalho está intrinsecamente ligado a uma teia de relações de poder nas diferentes esferas da vida dessas mulheres, como afirma Andrade (2012).

Em estudo realizado por Rocha-Coutinho (2004), as entrevistadas relataram que as questões a respeito de trabalho, filhos e casamento são questões de escolhas pessoais, uma vez que atualmente, elas podem optar e decidir pelo que querem fazer com suas próprias vidas.

Constata-se em revisão bibliográfica que muitas mulheres encontram a realização pessoal na maternidade; outras definem que para se ter filhos deve-se buscar a estabilidade financeira; dessa forma, trabalham incansavelmente para construir uma boa carreira profissional e alcançar uma estabilidade, para assim, realizarem o sonho de serem mães. Quando alcançam essa realização, se deparam com outro impasse que dificulta a retomada e permanência no mercado de trabalho, que é lidar com a separação dos filhos pequenos. As autoras Bruschini e Lombardi (2001) retratam que a maternidade é um dos fatores que mais interferem no trabalho feminino quando os filhos são pequenos.

Para Rocha-Coutinho (2004), essa pode ser uma dificuldade estrutural por parte das próprias mulheres em contrabalancear carreira e maternidade, mantendo e reforçando a ideia de que a mãe é insubstituível no cuidado de seus filhos, porque só ela, que os gerou, sabe como desempenhar bem esta tarefa.

O desejo de se dedicar integralmente ao cuidado dos filhos, principalmente quando pequenos, traz à tona uma contradição entre a antiga e a nova visão da maternidade, que confinava a mulher ao espaço privado do lar, e a nova ênfase que é dada à inserção da mulher na esfera pública, ao investimento em uma carreira profissional.

Ou seja, apesar do ideário de que estamos com as escolhas e possibilidades abertas no mundo feminino, o imperativo da independência financeira e da realização profissional confronta-se, na verdade, com o antigo discurso que reafirma a importância da permanência da mulher no espaço doméstico, e que identifica maternidade e maternação (cuidado com os fi-

lhos) (ROCHA-COUTINHO, 2004). Portanto, o discurso da “escolha” situa a mulher entre possibilidades que causam impasses que não são reconhecidos como tais.

Como aludido anteriormente, as mulheres que estudam e trabalham destinam a maior parte de suas preocupações aos filhos pequenos. Àvila e Portes (2012) elucidam que a pesquisa realizada com as mães, trabalhadoras e universitárias, evidenciou que essa preocupação com os filhos pode se tornar uma categoria de impedimento determinante para a permanência na universidade.

Dados apresentados pelo Portal Brasil em relação à inserção das mulheres nas universidades brasileiras retratam que a forte presença feminina está mais atrelada aos cursos de humanas, ao passo que na área de ciências exatas e da terra a grande maioria é de homens.

Pode-se inferir que, apesar dos horizontes universitários e mercadológicos estarem com sinal verde para as mulheres, segundo Dowling (1981), elas continuam a escolher carreiras mal pagas. Para esta autora, as mulheres não estão realizando aquilo de que são capazes, uma das características do Complexo de Cinderela, denominado por Dowling (1981) como a dependência psicológica da mulher – a necessidade intrínseca de ser cuidada por alguém.

Àvila e Portes (2012) concluem que, ao mesmo tempo em que as mulheres se percebem como mulheres-vítima, também se impõem como mulheres-sujeito. Ou seja, elas vivem uma ambivalência de sentimentos em relação à conciliação de seus diferentes papéis, pois, ora sentem-se valorizadas, fortes e capazes, ora sentem-se desvalorizadas, incapazes e cansadas. As mulheres que trilham este caminho sentem que, muitas vezes, suas energias se esgotam e sua fadiga torna-se sem sentido, pois, ao buscar realização em um âmbito perde espaço em outro. Entretanto, não deixam de exercer nenhum desses papéis devido à gratificação, mesmo que implícita, de buscar atender à demanda cultural contemporânea de ser capaz de dar conta de tudo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inserção da mão de obra feminina no mercado de trabalho tornou-se irreversível devido à sua importância socioeconômica e sua relevância para as próprias mulheres.

O trabalho tornou-se o meio pelo qual as mulheres adquiriram a chave para a liberdade concedida pela emancipação financeira, mas como exposto, tal liberdade é carregada de penalizações e densas dificuldades que tornam claras as desigualdades estruturais entre homens e mulheres no mercado de trabalho, revelando que existe uma liberdade de escolha em certa medida, mas que o espaço no mercado muitas vezes é alcançado à duras penas.

Diante dos desafios e conquistas, é necessário fomentar a reflexão sobre como a mulher viverá cada um desses papéis, ressaltando que a busca pela superação, ou seja, a perfeição vivida incessantemente é denunciada pelo sofrimento vivenciado em seu dia a dia, que pode tornar-se insustentável afetando significativamente a saúde mental dessas mulheres. Pode-se inferir que o sofrimento pode estar associado às suas próprias exigências e à sensação de impotência decorrente dessas, bem como aos conflitos de prioridades, ou seja, o pouco espaço deixado para a reflexão do que realmente desejam para si.

Em suma, a dinâmica da emancipação feminina consiste em uma combinação complexa entre a importância crescente de obter e consolidar sua competitividade no mundo do trabalho e o desejo de manter um papel de destaque na esfera privada, isto é, cumprir com as novas exigências de autonomia individual, sem desvencilhar-se de seu lugar de liderança nas atividades domésticas.

Enfim, pode-se considerar que a mulher vivencia uma constante ambivalência de sentimentos em relação à conciliação entre trabalho e vida familiar, em uma busca constante de realização, almejando ser altamente competitiva e capaz em todas as esferas de sua vida. Para encerrar, salienta-se que, a partir das reflexões propiciadas por este estudo, pode-se inferir que se não houver equilíbrio nessa conciliação e espaço para o exercício de autonomia, essa busca incessante poderá trazer profundos impactos sobre a saúde da mulher contemporânea.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, Suzana. Coleção primeiros passos. **O que é Trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 7ª Ed., 1994.

ANDRADE, Silvana R. **“Eu sou uma pessoa de tremendo sucesso”**: representações, identidades e trajetórias de mulheres executivas no Brasil.

ÁVILA, Rebeca C. PORTES, Élcio A. **A tríplice jornada de mulheres pobres na universidade pública: trabalho doméstico, trabalho remunerado e estudos**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(3): 384, setembro-dezembro/2012 p. 809-832. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000300011 Acesso em 05 de Setembro, 2016.

AZAMBUJA, Eliana P. et. al. **Significados do trabalho no processo de viver de trabalhadoras de um programa de saúde da família**. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2007 Jan-Mar; 16(1): 71-9. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072007000100009&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 14 de Fevereiro, 2017.

BLAY, Eva A. **Trabalho Industrial x Trabalho doméstico**. A ideologia do trabalho feminino. Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, n. 15, 1975.

BRASIL. Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/03/mulheres-sao-maioria-da-populacao-e-ocupam-mais-espaco-no-mercado-de-trabalho> Acesso em 31 de agosto, 2016.

BRASIL. **Presença femionina aumenta ano mercado formal de trabalho**. Disponível em <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/03/presenca-feminina-aumenta-no-mercado-formal-de-trabalho>>. Acesso em 31 de agosto, 2016.

BRUSCHINI, Cristina. LOMBARDI, Maria R. **Instruídas e trabalhadeiras Trabalho feminino no final do século XX**. Cadernos pagu (17/18) 2001/02: pp.157-196.

CODO, Wanderley. **O fazer e a consciência**. In: Psicologia Social: “O homem em movimento”. 13º ed. São Paulo. Brasiliense, 1994, p. 48-57.

CODO, Wanderley. **Relações de trabalho e transformação social**. In: Psicologia Social: “O homem em movimento”. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1981, p. 137-151.

COELHO, Virginia Paes. **Trabalho e maternidade no cotidiano de professoras do ensino superior**. UNISA – Universidade de Santo Amaro 2002. P 1-16. Disponível em: <<http://www.cibs.cbciss.org/arquivos/TRABALHO%20E%20MATERNIDADE%20NO%20COTIDIANO%20DE%20PROFESSORAS%20DO%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>>. Acesso em 12 de janeiro, 2017.

COUTINHO, Sabine M. S. **“A dona de tudo”**: O que é ser mulher, mãe e esposa de acordo com as representações sociais de mulheres de duas gerações. Tese de doutorado em Psicologia. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória – Abril/2008, p 1- 415. Disponível em: <http://portais4.ufes.br/posgrad/teses/tese_2469_.pdf>. Acesso em 05 de março, 2017.

DEL PRIORE, Mary. **História das Mulheres no Brasil**. Contexto. 2004. São Paulo, 7. ed

DOWLING, Collete. **Complexo de Cinderela**. 2002. Ed. 53 Editora: Melhoramentos. P. 222.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do estado**. Ed. Civilização Brasileira S.A 9º ed. Rio de Janeiro, 1984.

FRANÇA, Ana Letícia; SCHIMANSKI, Édina. **Mulher, trabalho e família: uma análise sobre a dupla jornada feminina e seus reflexos no âmbito familiar**. Emancipação, Ponta Grossa, UEPG, 2009(1): 65-78. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/687>>. Acesso em 12 de outubro, 2016.

FRASER, Nancy. **O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história**. Mediações-Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 2, p. 11-33, 2009. Disponível em: <<http://outubrorevista.com.br/o-feminismo-o-capitalismo-e-a-astucia-da-historia>>. Acesso em 05 de fevereiro, 2017.

FRENCH, Marilyn. **A guerra contras as mulheres**. São Paulo: Nova Cultural, 1992

GALEAZZI, Irene M. S. **Mulheres Trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero.** Mulher e Trabalho; FEE. Porto Alegre, 2001. P. 61-68. Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/mulher/2001/artigo4.pdf>>. Acesso em 16 de março, 2017.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132.pdf/%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20%20Acesso%20em%2022/01/2014>>. Acesso em 13 de março, 2017

LAMARCA, Gabriela. VETTORE, Mario. **Trabalhar fora de casa pode trazer benefícios para as mulheres?** Determinantes Sociais da Saúde – Portal e Observatório sobre iniquidades em saúde. BVS, 2012. Disponível em: <<http://dssbr.org/site/2012/08/trabalhar-fora-pode-trazer-beneficios-para-saude-das-mulheres>>.

MADALOZZO, R., MARTINS, S. R, SHIRATORI, Ludmila. **Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?** Estudos Feministas, Florianópolis, 18(2): 352, maio-agosto/2010. p. 547-566. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2010000200015>. Acesso em 14 de abril, 2017.

MARX, Karl H. ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã** – Primeiro Capítulo (1845/1846). Ridendo Castigat Mores. Versão para eBook eBooksBrasil.com; p.153.

MURARO, Rose Marie. **A mulher na construção do mundo futuro.** Rio de Janeiro: Vozes, 1966.

NEVES, Magda de A. **Anotações sobre trabalho e gênero.** Cadernos de Pesquisa v.43 n.149 p.404-421 maio/ago. 2013, p. 404-421. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/2655>>. Acesso em 05 de abril, 2017.

NOGUEIRA, Cláudia M. **As relações sociais de gênero no trabalho e na reprodução.** AURORA, nº 6. Ago/2010. p. 59-62. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/ojs-2.4.5/index.php/aurora/article/view/1231>>. Acesso em 05 de abril, 2017.

OLIVEIRA, Carlos R., **História do trabalho.** São Paulo: Ática S.A, 1991.

PERROT, Michelle. **As mulheres ou os silêncios da história.** Bauru, SP: EDUSC, 2005.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

PROBST, Elisiana Renata; RAMOS, Paulo. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Santa Catarina: Instituto Catarinense de Pós-Graduação, p. 1-8, 2003.

RAGO, Luzia Margareth. **Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lucia. **Tecendo por trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

ROCHA-COUTINHO, Maria L. **Novas opções, antigos dilemas:** mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. *Temas em Psicologia da SBP*, 2004, v. 12, n. 1, p. 2-17. UFRJ, p. 1-17.

SANTOS, Carolina M. M., **As mulheres brasileiras: Do espaço privado da casa para as posições executivas nas organizações brasileiras.** Programa de Pós-Graduação em Administração. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012, p. 1-199.

SIMÕES, Fatima Itsue Watanabe; HASHIMOTO, Francisco. **Mulher, mercado de trabalho e as configurações familiares do século XX.** *Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas: Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri, Minas Gerais*, v. 1, n. 2, 2012.